



PROCESSO Nº	:	206.013-2/2025
ASSUNTO	:	APOSENTADORIA POR IDADE
UNIDADE	:	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TERRA NOVA DO NORTE
INTERESSADA	:	ARMANDO DATSCH
RELATOR	:	A.S.C. LUIZ CARLOS AZEVEDO COSTA PEREIRA

### PARECER Nº 3.732/2025

**EMENTA:** APOSENTADORIA POR IDADE. FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TERRA NOVA DO NORTE. RELATÓRIO TÉCNICO FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO REGISTRO. PARECER DESTE MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS PELO REGISTRO DA PORTARIA, BEM COMO PELA LEGALIDADE DA PLANILHA DE PROVENTOS PROPORCIONAIS.

## 1. RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Portaria que reconheceu o direito à **Aposentadoria por Idade**, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, à **Sra. Armando Datsch**, inscrita sob o CPF nº 389.255.169-34, servidor efetivo no cargo de Assistente Administrativo, Classe “A”, Nível “04”, contando com 10 anos, 11 meses e 26 dias de tempo de contribuição, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, em Terra Nova do Norte/MT.

2. A **1ª Secretaria de Controle Externo** se manifestou pelo **registro da Portaria nº 10/2025**, sem análise quanto ao valor dos proventos, com fulcro na Resolução Normativa nº 16/2022.

3. Vieram, então, os autos para análise e parecer ministerial.

4. É o sucinto relatório dos fatos e do direito.





## 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1. Introdução

5. A Constituição da República Federativa do Brasil conferiu ao Tribunal de Contas da União a competência para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões na Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do Ato Concessório, art. 71, III, da Constituição Federal. Tal competência estende-se aos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais de Contas dos Municípios, por força do art. 75, da Constituição Federal.

6. A referida competência consiste em ato de fiscalização promovido pelo controle externo, por meio do qual os Tribunais de Contas analisam a juridicidade e probidade dos encargos suportados pelo Erário, cancelando o ato administrativo, por natureza complexo, que reconheceu o direito à obtenção da aposentadoria.

7. Contudo, para que seja concedido tal benefício, devem ser preenchidos os requisitos constitucionais, sob pena de anulação do ato administrativo que o deferiu. Nesse sentido, indispensável manifestação do Ministério Público de Contas como fiscal da ordem jurídica.

### 2.2. Da Análise do Mérito

8. Para que seja possível deferir o pleito de aposentadoria, o beneficiário deve preencher os requisitos constitucionais pertinentes. No caso em tela, como se trata de **Aposentadoria Voluntária por Idade**, com proventos proporcionais, é preciso observar os ditames do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição da República, com redação pela EC nº 41/2003, bem como o art. 12, inciso III, alínea “b” da Lei Municipal nº 1.386/2018 que assim versam:





**Constituição Federal, com redação pela EC nº 41/2003**

**Art. 40.** Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

(...)

**III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria,** observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

(...);

**b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Grifo nosso)

**Lei Municipal nº 1.386/2018,**

**Art. 12.** Os servidores abrangidos pelo regime do PREVITER serão aposentados:

(...)

**III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria,** observadas as seguintes condições:

**b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.;**

(...) (destacamos)

9. Assim, são válidas as aplicações das regras de aposentadoria do artigo colacionado neste parecer.

10. Em síntese, observa-se o devido cumprimento das seguintes formalidades:

Requisitos formais objetivos	Preenchimento dos requisitos por parte do beneficiário
Publicação do Ato de Aposentadoria	A Portaria nº 10/2025, foi publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso em 18/06/2025.
Data de ingresso no serviço público	O ingresso no serviço público ocorreu em 05/05/2014;





Idade	Conforme os documentos pessoais, o requerente nasceu em 16/02/1959, contando com a idade de 66 anos na data da publicação do ato concessório;
Tempo de contribuição	10 anos, 11 meses e 26 dias;
Tempo de efetivo exercício no serviço público	10 anos, 11 meses e 26 dias;
Tempo na carreira e no cargo	11 anos, 01 mês e 06 dias (sem descontar as faltas injustificadas);
Proventos informados no APLIC	R\$ 1.518,00.

11. **Do exposto, conclui-se que o Sr. Armando Datsch é beneficiário da Aposentadoria Voluntária por Idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, posto ter preenchido os requisitos constitucionais pertinentes.**

### 3. CONCLUSÃO

12. Dessa forma, o **Ministério Público de Contas**, no exercício de suas atribuições institucionais, **manifesta-se pelo registro da Portaria nº 10/2025**, publicada em 18/06/2025, bem como pela legalidade da planilha de proventos proporcionais.

É o Parecer.

**Ministério Público de Contas**, Cuiabá, 14 de outubro de 2025.

(assinatura digital)<sup>1</sup>  
**GUSTAVO COELHO DESCHAMPS**  
Procurador de Contas

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

